



**Russell Bedford**  
*taking you further*

## **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A**

Relatório de revisão das informações contábeis  
intermediárias

**Referente ao 3º trimestre do exercício de 2021.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.



# Russell Bedford

taking you further

## RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas e aos Conselheiros da  
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A - SPA  
Santos – SP**

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – SPA** referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para o período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).



# Russell Bedford

*taking you further*

## **Ênfases**

### **Déficit Atuarial**

Conforme Nota Explicativa nº 18.1, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. O passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora SPA registrado no Balanço Patrimonial é de R\$ 328.741 mil em 30/9/2021 (R\$ 433.745 mil em 31/12/2020), as informações atuariais são de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. O valor de R\$ 2.396 mil em 30/9/2021 (R\$ 953 mil em 31/12/2020) registrados como Plano de pensão – contribuição mensal, é relativo à contribuições mensais devidas ao PORTUS referente ao mês de setembro de 2021. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Plano de Pensão**

Conforme Nota Explicativa nº 18.2, a Patrocinadora SPA assumiu no ano de 2020 a responsabilidade de arcar com os valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, em 30 de setembro de 2021 o montante é de R\$ 466.600 mil (R\$ 453.801 mil em 31/12/2020). O pagamento inicial de 20% do saldo devedor foi efetuado em 22/6/2020 no montante de R\$ 117.821 mil e o saldo devedor de 80% será liquidado em 180 parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.



# Russell Bedford

*taking you further*

## **Outros assuntos**

### **Valores correspondentes**

As informações contábeis intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 30 de setembro de 2020 apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós que emitimos relatório de conclusão em 26 de fevereiro de 2021, com ressalva sobre o imobilizado e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas para fins de comparabilidade foram também examinadas por nós que emitimos relatório em 26 de março de 2021, com opinião sem ressalva sobre demonstrações contábeis.

São Paulo, 10 de novembro de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/09/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/09/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		<b><u>1.361.241</u></b>	<b><u>963.434</u></b>	<b>Circulante</b>		<b><u>524.853</u></b>	<b><u>562.589</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	1.167.689	859.861	Salários, provisão de férias e encargos sociais .....	16	52.537	43.798
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	-	12.589	Fornecedores e prestadores de serviços.....		38.984	42.734
Contas a receber de clientes, líquidas .....	7	97.096	82.627	Impostos e contribuições .....	17	16.797	30.055
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga...	7	83.282	-	Plano de pensão - contribuição mensal.....		2.396	953
Estoques.....		711	398	Plano de Pensão - termo de compromisso financeiro.....	18.2	36.596	33.615
Créditos tributários.....	8	9.597	6.227	Obras efetuadas por arrendatários .....	19	26.207	22.255
Outros créditos.....	15	2.866	1.732	Provisão trabalhistas, cíveis e tributários .....	20	326.982	367.773
				Outras obrigações .....	23	24.354	21.406
<b>Não Circulante</b>		<b><u>2.509.310</u></b>	<b><u>2.670.422</u></b>	<b>Não Circulante</b>		<b><u>2.228.630</u></b>	<b><u>2.834.753</u></b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b><u>889.453</u></b>	<b><u>1.035.271</u></b>	Provisão trabalhistas, cíveis e tributários .....	20	161.178	103.926
Contas a receber de clientes, líquidas .....	7	8.145	47.190	Receita diferida.....	21	760.929	791.270
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga...	7	333.127	390.480	Obras efetuadas por arrendatários .....	19	104.762	104.625
Partes relacionadas.....	9	409	5.953	Plano de pensão déficit atuarial.....	18.1	328.741	433.745
Depósitos judiciais .....	10	148.871	134.670	Plano de pensão - termo de compromisso financeiro.....	18.2	466.600	453.801
Bens destinados à alienação.....	11	368	181	Benefícios a empregados.....	18.3	70.561	81.307
Imposto de renda e contribuição social diferidos...	31	397.123	456.509	Créditos da União para aumento de capital.....	22	335.859	866.079
Outros créditos.....	15	1.410	288			-	-
<b>Imobilizado.....</b>	12	<b>1.617.250</b>	<b>1.631.347</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b><u>1.117.068</u></b>	<b><u>236.514</u></b>
<b>Intangível.....</b>	13	<b>2.607</b>	<b>3.804</b>	Capital social.....	24	810.554	1.414.100
				Lucros / Prejuízos acumulados.....		262.813	(1.132.493)
				Outros resultados abrangentes .....		43.701	(45.093)
<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>		<b><u>3.870.551</u></b>	<b><u>3.633.856</u></b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>		<b><u>3.870.551</u></b>	<b><u>3.633.856</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 e 2020**

	Notas	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita Líquida .....	25	279.272	345.462	828.326	852.935
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	26	(83.522)	(101.414)	(243.901)	(265.626)
<b>Lucro bruto.....</b>		<b>195.750</b>	<b>244.048</b>	<b>584.425</b>	<b>587.309</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais .....</b>		<b>(37.612)</b>	<b>(96.063)</b>	<b>(130.044)</b>	<b>(284.159)</b>
Despesas administrativas e gerais .....	27	(47.361)	(120.869)	(138.060)	(235.983)
Outras receitas operacionais .....	28	6.827	1.586	16.038	5.958
Outras despesas operacionais .....	29	2.922	23.220	(8.022)	(54.134)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro .....</b>		<b>158.138</b>	<b>147.985</b>	<b>454.381</b>	<b>303.150</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(3.952)</b>	<b>(12.040)</b>	<b>(31.969)</b>	<b>(14.401)</b>
Receitas financeiras .....	30	23.381	13.066	51.670	31.087
Despesas financeiras .....	30	(27.333)	(25.106)	(83.639)	(45.488)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos.....</b>		<b>154.186</b>	<b>135.945</b>	<b>422.412</b>	<b>288.749</b>
<b>Imposto de renda e Contribuição Social.....</b>	31	<b>(55.929)</b>	<b>(45.935)</b>	<b>(154.441)</b>	<b>(118.419)</b>
Corrente .....		(24.965)	(39.849)	(95.055)	(91.788)
Diferido.....		(30.964)	(6.086)	(59.386)	(26.631)
Lucro (Prejuízo) do período.....		<u>98.257</u>	<u>90.010</u>	<u>267.971</u>	<u>170.330</u>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES</b>		<b>0,15</b>	<b>0,33</b>	<b>0,40</b>	<b>0,62</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Lucro (Prejuízo) do período.....	98.257	90.010	267.971	170.330
Ganhos (Perdas) atuariais com plano pensão de benefício definido.....	24.013	6.849	75.129	95.706
Ganhos (Perdas) atuariais - plano de saúde.....	2.565	0	11.468	0
Ganhos (Perdas) atuariais - complementação de aposentadorias.....	(1.827)	0	2.197	0
<b>Resultado abrangente.....</b>	<b>123.008</b>	<b>96.859</b>	<b>356.765</b>	<b>266.036</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**DOS PERÍODOS FINDOS EM 31/12/2020 E 30/09/2021**  
*(em milhares de reais)*

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
<b>SALDOS EM 31/12/2019</b>	<b>1.414.100</b>	<b>(102.961)</b>	-	-	<b>(1.334.976)</b>	<b>(23.837)</b>
Resultado do Período de 01/01/2020 a 30/09/2020.....	-	-	-	-	170.330	170.330
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Plano de Pensão.....	-	95.706	-	-	-	95.706
<b>SALDOS EM 30/09/2020</b>	<b>1.414.100</b>	<b>(7.255)</b>	-	-	<b>(1.164.646)</b>	<b>242.199</b>
<b>SALDOS EM 31/12/2020</b>	<b>1.414.100</b>	<b>(45.093)</b>	-	-	<b>(1.132.493)</b>	<b>236.514</b>
Ajuste de exercícios anteriores.....	-	-	-	-	(5.158)	(5.158)
Aumento de Capital no período.....	528.947	-	-	-	-	528.947
Redução Capital Social para absorção dos prejuízos acumulados.....	(1.132.493)	-	-	-	1.132.493	-
Resultado do período de 01/01./2021 a 31/03/2021.....	-	-	-	-	267.971	267.971
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de pensão.....	-	75.129	-	-	-	75.129
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de saúde.....	-	11.468	-	-	-	11.468
Ajuste de avaliação patrimonial - complementação de aposentadorias.....	-	2.197	-	-	-	2.197
<b>SALDOS EM 30/09/2021</b>	<b>810.554</b>	<b>43.701</b>	-	-	<b>262.813</b>	<b>1.117.068</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30/09/2021 E 30/09/2020**

	Exercício atual 01/01/2021 a 30/09/2021	Exercício anterior 01/01/2020 a 30/09/2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>267.971</b>	<b>170.330</b>
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		
- Ajustes de exercícios anteriores.....	(5.158)	-
- Depreciação e amortização .....	30.762	33.310
- Perda no valor recuperável de ativos - Impairment .....	132	-
- Valor residual de ativos baixados .....	2.080	469
- Provisões Trabalhistas, cíveis e tributárias.....	16.460	(4.214)
- Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(57.944)	1.025
- Provisão (Reversão) contas a pagar .....	(11.910)	24.284
- Provisão plano de desligamento incentivado.....	-	(2.772)
- Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS .....	(1.563)	-
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios a empregados.....	(3.667)	41.859
- Provisão (Reversão) - depósitos judiciais.....	(20.389)	-
- Apropriação de receitas diferidas.....	(31.239)	(18.622)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros não realizados.....	6.273	32.492
- Imposto de renda diferido .....	59.386	26.632
<b>Redução (aumento) de ativos</b>		
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura .....	12.589	(327)
Contas a receber de clientes, líquidas .....	82.521	(70.897)
Estoques.....	(313)	56
Créditos tributários.....	(1.808)	1.859
Partes relacionadas .....	5.544	1.364
Depósitos judiciais .....	6.189	(20.438)
Outros ativos.....	(2.238)	4.999
<b>Aumento (redução) de passivos</b>		
Fornecedores e prestadores de serviços .....	8.160	(2.417)
Salários, provisão de férias e obrigações sociais .....	8.740	13.484
Impostos e contribuições.....	(13.257)	22.711
Plano de Pensão e benefícios a empregados .....	(27.257)	(144.680)
Obras efetuadas por arrendatários.....	4.090	(738)
Receita diferida .....	899	(659)
Créditos da União para aumento de capital.....	(12.285)	-
Outros passivos.....	2.946	(761)
<b>Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais.....</b>	<b>325.714</b>	<b>108.349</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativos imobilizados.....	(17.700)	(1.058)
Aquisição de intangíveis.....	(186)	-
Venda de imobilizado .....	-	-
<b>Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(17.886)</b>	<b>(1.058)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Recursos de acionistas .....	-	512
<b>Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>512</b>
<b>Total dos fluxos de caixa das atividades</b>	<b>307.828</b>	<b>107.803</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>307.828</b>	<b>107.803</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	859.861	561.662
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período .....	1.167.689	669.465

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020  
em milhares de reais**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "SPA" ou "Companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais alterações posteriores e por seu Estatuto Social.

**2. EFEITOS DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19**

De forma geral, todos os indicadores nacionais e regionais relativos à pandemia demonstraram importante melhora ao longo do 3T21. De toda forma, a Companhia prossegue pautando sua atuação adotando medidas tempestivas que visam preservar simultaneamente a saúde de seus colaboradores e as atividades do complexo portuário de Santos. Vale destacar a evolução do processo de vacinação e a repriorização dos trabalhadores portuários no âmbito dos grupos prioritários dentro do Plano Nacional de Imunização (PNI). No início de novembro a SPA já contava com praticamente 100% de seus funcionários com a imunização completa.

Em razão da melhora dos indicadores da pandemia e da evolução positiva do processo de imunização de seu quadro de colaboradores, a SPA implementou durante o 3T21 uma política gradual de retomada do trabalho presencial (em média, 9% dos colaboradores estiveram afastados ou em home office no período). Ao mesmo tempo, aproveitando a bem-sucedida experiência do teletrabalho, a Companhia iniciou um projeto piloto para implementar uma política perene de home office para os setores administrativos.

No que tange ao fluxo de cargas no período, o destaque positivo foi o recorde alcançado na movimentação de contêineres (segmento que transporta as cargas de maior valor agregado), que registrou crescimento de 21,9% em quantidade de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), na comparação entre julho e setembro de 2021 com o mesmo período de 2020. Esse desempenho é particularmente importante frente ao cenário internacional que tem demonstrado alguns desequilíbrios na cadeia de abastecimento com a chamada "crise dos contêineres", ou seja, uma incomum escassez desses equipamentos para o transporte de produtos da Ásia para o Ocidente, em alguns casos agravados pela insuficiência de matéria-prima ou mão de obra bem como pela falta de espaço em navios de carga e terminais marítimos.

Apesar da boa performance observada na movimentação de contêineres, o fluxo geral de cargas do 3T21 registrou redução de 7,6% em toneladas, impactado principalmente pela quebra na safra de milho e açúcar.

Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações até o presente momento. Os indicadores de inadimplência permanecem próximos de zero e não há perspectivas de deterioração.

Seguimos focados para estruturar as operações de forma a viabilizar com a máxima eficiência a infraestrutura necessária para o escoamento da diversificada pauta de exportações e a recepção das importações.

De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devessem ser registrados nas informações nem há impactos na sua continuidade operacional e/ou estimativas da Companhia que justificassem registro de provisões, além daquelas já divulgadas. A SPA continua monitorando e avaliando a evolução de todos os indicadores da pandemia para que possa promover a continuidade de suas operações de forma eficiente e segura.

Em reconhecimento ao trabalho proativo desenvolvido durante a pandemia, a SPA recebeu da American Association of Port Authorities (AAPA) e da Secretariat of the Inter-American Committee on Ports (S/CIP), da Organização dos Estados Americanos (OEA), o prêmio AAPA-CIP Port Industry Award of Excellence pelo destaque de sua atuação durante a pandemia da Covid-19, vencendo na categoria "COVID-19 Pandemic Response", aberta a 35 nações do continente americano. A SPA foi reconhecida por implementar, efetivamente, protocolos de segurança internacionais e nacionais para o bem-estar de seus trabalhadores, executando procedimentos inovadores para evitar o contágio e ainda mantendo suas operações competitivas.

### **3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As informações trimestrais de 30 de setembro de 2021 foram preparadas tomando-se por base as disposições da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 21 (R4) - Demonstrações Intermediárias e estão em conformidade com a norma internacional de contabilidade - IAS 34 - Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). As Informações Trimestrais contemplam os requisitos mínimos de divulgação, bem como outras informações consideradas relevantes, portanto, não incorporam todas as notas e divulgações exigidas pelas normas das demonstrações financeiras anuais por razão de redundância e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 30 de setembro de 2021, têm sua divulgação autorizada pela Diretoria conforme ata de reunião realizada no dia 10 de novembro de 2021.

#### 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

##### **Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no trimestre findo em 30/09/2021 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais e estão detalhadas em notas explicativas específicas, a partir do primeiro trimestre de 2021 a DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa, passou a ser elaborada pelo método indireto.

##### **Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

##### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional da sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### **Instrumentos financeiros**

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. As normas atuais estabelecem requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (Impairment):

As Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma de três categorias estabelecidas pelas normas contábeis: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e contas a pagar com empreiteiros e fornecedores.

**Contas a receber**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

**Reconhecimento de Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa**

São reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas na NBC TG 48.

**Estoques**

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades e são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificadas no ativo circulante.

**Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

**Impairment**

A Companhia procede ao cálculo e registro do Impairment, conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, registrando em seus demonstrativos contábeis. O teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado, abrange 03 unidades geradoras de caixa – UGC, assim denominadas:

- Sistema Porto  
Engloba todas as atividades relativas as operações de carga e descarga mediante a cobrança de tarifas portuárias e arrendamentos de áreas objeto de licitações com a celebração de instrumentos contratuais;
- SEP (Sistema Elétrico de Potência): Aos usuários do Porto é disponibilizado energia elétrica – geração, transmissão e distribuição – através da Usina Hidrelétrica de Itatinga, situada no município de Bertioga;
- Estações de Tratamento de Água e Esgoto:

A SPA efetua a prestação de serviços de água tratada e de esgoto no âmbito do Porto Organizado de Santos.

### **Intangível**

O intangível é composto apenas de licenças de uso de software e são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

### **Partes Relacionadas**

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da SPA, aprovada pelo Conselho de Administração em 18/11/2020.

### **Passivo circulante e não circulante**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações financeiras, sendo considerados no passivo circulante as obrigações com vencimentos até 360 dias e no passivo não circulante as obrigações cujo vencimento seja superior a 360 dias.

### **Fornecedores e prestadores de serviços**

As contas a pagar aos prestadores de serviços e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, sendo apresentadas neste caso, como passivo não circulante.

### **Salários, encargos e contribuições sociais**

Os salários, férias, 13º salário, participação nos resultados, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

### **Operações de Arrendamento Mercantil – IFRS 16 – CPC 06 (R2)**

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de

ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário no ano calendário.

#### **Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

#### **Receita Diferida**

A Companhia possui em vigência diversos contratos de arrendamento, com direito de outorgas à SPA, os quais são contabilizados como receita diferida e reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

#### **Provisões, ativos e passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da sociedade e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível.

#### **Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período da apresentação das demonstrações financeiras.

#### **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas efetivas vigentes

na data da elaboração das demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos fiscais não utilizados quando seja provável a sua recuperação considerando a expectativa de lucro tributável em períodos futuros conforme previsto no pronunciamento Ibracon NPC 25 e no NBC TG 32(R4).

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração avaliações de incertezas sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente por ocasião do encerramento do exercício. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização e dedutibilidade das provisões e da resolução final dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos.

#### **Tributos sobre receitas**

As receitas tarifárias e de arrendamento de áreas estão sujeitas à incidência do Pis – Programa de Integração Social e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, e os créditos decorrentes da não cumulatividade, são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito. As receitas de serviços, possuem à incidência de ISS, calculado com alíquotas de 5%, recolhido para as prefeituras de onde o serviço foi realizado. Quando da emissão de faturas de energia elétrica, há a incidência de ICMS, com uma alíquota de 18%.

#### **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras, além de variações monetárias de outorgas a receber. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com os passivos assumidos pela sociedade ou outras transações financeiras.

#### **Uso de estimativas**

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA****a) Caixa e equivalentes de caixa**

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de liquidez imediata, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	<u>8.081</u>	<u>15.407</u>
Aplicações financeiras	<u>1.159.608</u>	<u>844.454</u>
<b>Totais</b>	<b><u>1.167.689</u></b>	<b><u>859.861</u></b>

**b) Natureza das aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundo de renda fixa – BB	<u>558.686</u>	<u>618.114</u>
Fundo de renda fixa – CEF	<u>600.922</u>	<u>226.340</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.159.608</u></b>	<b><u>844.454</u></b>

## 6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal, remeteu valores previstos no orçamento de investimentos da SPA até o exercício de 2020, com contrapartida em créditos da União para aumento de capital. Os recursos recebidos para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do Tesouro Nacional eram depositados em contas de investimento com liquidez imediata.

Conforme Ofício recebido do Ministério da Infraestrutura (OFÍCIO Nº 128/2021/COAD-SNPTA/GABSNPTA/SNPTA) procedemos o ressarcimento à União, dos recursos recebidos e não utilizados em infraestrutura, acrescidos da correção pela SELIC até a sua efetiva devolução. Desta forma foi zerado o saldo da conta “Valores vinculados à aplicação em Infraestrutura” (R\$12.589 em 31/12/2020).

## 7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS E DIREITOS CONTRATUAIS

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber	128.033	187.959
Contas a receber – recuperação judicial	15.275	15.275
Perdas Estimadas de Créditos de Liq. Duvidosa (PECLD)	(38.067)	(73.417)
Direitos contratuais de arrendamento – Outorga	416.409	390.480
<b>Total</b>	<b><u>521.650</u></b>	<b><u>520.297</u></b>
Circulante	180.378	82.627
Não Circulante	341.272	437.670

(i) Nas Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão inclusas apenas empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do Aging List em conformidade com o Normativo interno da SPA para a constituição e baixa das provisões. Os valores a receber decorrentes das atividades da empresa estão garantidos por depósitos e/ou fianças bancárias e as eventuais perdas não possuem materialidade.

Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações até o presente momento. Os indicadores de inadimplência apresentaram melhora em relação ao mesmo período do ano anterior.

(ii) Direitos contratuais de arrendamento – outorga, corresponde aos saldos das outorgas das áreas STS 14 e STS 14A.

(iii) O valor de R\$ 341.272 indicado no quadro acima é composto por R\$ 8.145 de contas a receber e R\$ 333.127 de outorgas.

(iv) O valor líquido registrado no circulante a receber é de R\$ 180.378 composto por valores a receber R\$ 97.096 e outorgas R\$ 83.282.

(v) No mês de setembro de 2021, procedemos a baixa de valores registrados no contas a receber há mais de 60 meses e suas respectivas PECLD no montante total de R\$ 59.404, conforme política de PECLD vigente.

## 8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos retidos sobre faturamento	415	271
ICMS a Recuperar	135	-
CSLL a Recuperar	1.904	1.657
IRPJ a Recuperar	4.937	4.230
IRRF sobre aplicação financeira	358	-
PIS/COFINS exclusão do ICMS na base de cálculo (i)	1.802	-
Outros Créditos	46	69
<b>Total</b>	<b><u>9.597</u></b>	<b><u>6.227</u></b>

(i) A SPA, constituiu um crédito referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido de 17/03/2017 a 31/12/2018, se baseando no processo N° 5002684-13.2017.4.03.6104 na 1ª Vara Federal de Santos, datado de 06/10/2017, o qual está em curso, mas sem riscos devido a decisão do STF em 14/05/2021.

## 9. PARTES RELACIONADAS

### 9.1 PESSOAL CEDIDO

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação. Os valores a receber apresentados no quadro abaixo, referem-se a despesa com pessoal cedido aos ministérios discriminados no quadro abaixo:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ministério da Infraestrutura	8	50.252
(-) Valores contestados	-	(44.736)
Ministério da Economia em Itajaí/SC	11	11
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	173	136
Ministério do Trabalho	217	290
<b>Total</b>	<b><u>409</u></b>	<b><u>5.953</u></b>

## 9.2 CONSELHOS

### 9.2.1 REMUNERAÇÃO

	<u>30/09/2021</u> Em R\$	<u>31/12/2020</u> Em R\$
CONSAD – Conselho de Administração	179.194,17	188.742,49
COFIS – Conselho Fiscal	96.267,83	141.262,56
COAUD – Comitê de Auditoria	85.411,53	140.216,17
<b>Total</b>	<b><u>360.873,53</u></b>	<b><u>470.221,22</u></b>

### 9.2.2 QUANTIDADE DE MEMBROS

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CONSAD – Conselho de Administração	6	5
COFIS – Conselho Fiscal	3	3
COAUD – Comitê de Auditoria	2	3
<b>Total</b>	<b><u>11</u></b>	<b><u>11</u></b>

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos recursais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos Recursais Cíveis	24.337	23.042
Depósitos Recursais Trabalhistas	117.302	104.002
Depósitos Recursais Tributárias	2.561	2.961
Ações Regressivas Trabalhistas–Resp.Solidária	4.671	4.665
<b>Total</b>	<b><u>148.871</u></b>	<b><u>134.670</u></b>

## 11. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor de R\$ 368 (R\$ 181 em 31/12/2020) corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado e classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos por meio de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo licitatório será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

## 12. IMOBILIZADO

### a. Saldo Patrimoniais

Classe	Taxa anual de depreciação	30/09/2021			31/12/2020		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Mobiliário em Geral	10% a 20%	8.081	(6.820)	1.261	8.303	(6.932)	1.371
Veículos	10%	1.283	(779)	504	1.283	(707)	576
Máquinas Motores e Aparelhos	10% a 20%	17.323	(15.417)	1.906	16.685	(14.673)	2.012
Equipamentos Diversos	5% a 20%	4.164	(2.745)	1.419	4.139	(2.703)	1.436
Outros Bens Móveis	10%	737	(658)	79	743	(657)	86
Equipamentos de Informática	10% a 20%	47.749	(33.872)	13.877	41.243	(33.855)	7.388
Edifícios	2% a 7%	44.549	(17.962)	26.587	45.449	(17.675)	27.774
Instalações	2% a 20%	860.787	(152.051)	708.736	860.071	(143.210)	716.861
Obras em Andamento	-	60.507	-	60.507	51.315	-	51.315
Terrenos	-	29	-	29	29	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	3%	15.299	(13.003)	2.296	32.332	(28.159)	4.173
Bens Imóveis para Fins Industriais	3% a 5%	101.277	(79.348)	21.929	101.448	(77.365)	24.083
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	2% a 7%	254.946	(107.006)	147.940	254.946	(98.738)	156.208
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	2% a 5%	46.512	(28.622)	17.890	46.512	(27.871)	18.641
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	-	42.594	-	42.594	42.594	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	-	51.840	-	51.840	51.840	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	2% a 7%	675.347	(157.491)	517.856	675.094	(150.134)	524.960
<b>Total</b>		<b>2.233.024</b>	<b>(615.774)</b>	<b>1.617.250</b>	<b>2.234.026</b>	<b>(602.679)</b>	<b>1.631.347</b>

### b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2020	Aquisições	Baixas Líquidas	Transferências Líquidas	Depreciação	Impairment	Saldo em 30/09/2021
Mobiliário em Geral	1.371	81	(4)	(32)	(155)	-	1.261
Veículos	576	-	-	-	(72)	-	504
Máquinas Motores e Aparelhos	2.012	322	-	(33)	(263)	(132)	1.906
Equipamentos Diversos	1.436	55	-	(3)	(69)	-	1.419
Outros Bens Móveis	86	-	-	-	(7)	-	79
Equipamentos de Informática	7.388	2.804	(3)	4.778	(1.090)	-	13.877
Edifícios	27.774	-	(362)	-	(825)	-	26.587
Instalações	716.861	-	-	-	(8.125)	-	708.736
Obras em Andamento	51.315	14.439	-	(5.247)	-	-	60.507
Terrenos	29	-	-	-	-	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	4.173	-	(1.711)	-	(166)	-	2.296
Bens Imóveis para Fins Industriais	24.083	-	-	(20)	(2.134)	-	21.929
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	156.208	-	-	-	(8.268)	-	147.940
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	18.641	-	-	-	(751)	-	17.890
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	524.960	-	-	-	(7.104)	-	517.856
<b>Total</b>	<b>1.631.347</b>	<b>17.701</b>	<b>(2.080)</b>	<b>(557)</b>	<b>(29.029)</b>	<b>(132)</b>	<b>1.617.250</b>

### 13. INTANGÍVEL

#### a. Saldo Patrimoniais

Classe	Taxa anual de depreciação	30/09/2021			31/12/2020		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Intangível Software	10% a 20%	33.153	(30.546)	2.607	32.621	(28.817)	3.804
<b>Total</b>		<b>33.153</b>	<b>(30.546)</b>	<b>2.607</b>	<b>32.621</b>	<b>(28.817)</b>	<b>3.804</b>

#### b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2020	Aquisições	Baixas Líquidas	Transferências Líquidas	Depreciação	Impairment	Saldo em 30/09/2021
Intangível Software	3.804	186	-	352	(1.735)	-	2.607
<b>Total</b>	<b>3.804</b>	<b>186</b>	<b>-</b>	<b>352</b>	<b>(1.735)</b>	<b>-</b>	<b>2.607</b>

O valor de R\$ 2.607 (R\$ 3.804 em 31/12/2020) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

### 14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da SPA e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-2021 a 30-04-2022.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, e com vigência de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Abaixo, valores das coberturas vigentes:

	30/09/2021	31/12/2020
Riscos operacionais	307.758	307.758
Automóveis	2.119	2.119
Responsabilidade civil	30.000	30.000

**15. OUTROS CRÉDITOS**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento de férias e 13°	1.305	816
Sinistros cobertos por apólice	272	281
Cobrança de Plano de Saúde	567	591
Diversos	183	188
Despesa Antecipada–Assinaturas e Anuidades	1.823	18
Multa – Pref de Santos – Proc. 54014/2006	126	126
<b>Total</b>	<b><u>4.276</u></b>	<b><u>2.020</u></b>
Circulante	2.866	1.732
Não Circulante	1.410	288

**16. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários a pagar	9.199	9.614
Provisão de férias	26.613	28.101
Provisão de 13° Salário	11.628	-
Encargos sociais	5.097	6.083
<b>Total</b>	<b><u>52.537</u></b>	<b><u>43.798</u></b>

**17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias– ICMS	715	540
Retenção de tributos federais– Lei 10.833/03	845	1.727
Retenção para seguridade social – INSS	537	516
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	4.216	6.743
Programa de integração social – PIS	1.583	1.607
Contribuição financiamento seg. social – COFINS	7.396	7.554
Imposto sobre serviços – ISS	1.505	1.453
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	9.915
<b>Total – Curto prazo</b>	<b><u>16.797</u></b>	<b><u>30.055</u></b>

**18. PLANO DE PENSÃO E BENEFÍCIOS****18.1 – Déficit Atuarial Portus**

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela companhia é responsabilidade do Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criado em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. O Portus administra um único plano de benefício – Plano de Benefício Portus 1 PBP1–, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício – CNPB da Previc sob o nº 19.780.055– 29 e multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de natureza pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (próprio Portus), e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23/08/11. As informações atuariais, de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., estão apresentadas abaixo:

	<u>30/09/2021</u>
Passivo líquido em 31/12/2020	(921.161)
Custo no período	(44.523)
Ganhos/Perdas atuariais no período	125.417
Contribuições do empregador para o plano	58.618
Compartilhamento de risco	(50.288)
<b>Passivo Líquido em 30/09/2021</b>	<b><u>(831.937)</u></b>

<b>Conciliação do Passivo</b>		
Plano de pensão déficit atuarial (18.1)		328.741
Plano de Pensão – TCF 2020 (18.2)		503.196
<b>Total</b>		<b><u>831.937</u></b>

#### Premissas:

Premissas adotadas (final do ano)	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
1. Taxa de desconto (nominal)	8,56%	6,52%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	8,56%	6,52%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

#### Base de dados:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Participantes ativos (passivo principal)	205,00	205,00
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	4.124	4.124
Aposentados	2.524	2.524
Pensionistas	1.600	1.600
Número total de participantes	4.329	4.329
Duração da obrigação ( para determinar taxa de desconto)	8,20	8,00

### Valor Justo dos Ativos do Plano:

	30/09/2021		31/12/2020	
1. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	-	0,00%	117	0,02%
2.b Realizável (Prev e Adm)	556.606	72,61%	544.215	71,52%
Contribuições Contratadas	499.387	64,85%	487.415	0,64
Outros ativos a receber	57.219	7,76%	56.800	0,07
2.C Títulos Públicos	38.123	5,18%	40.182	5,28%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,00%	-	0,00%
2.e Ações	48.608	7,14%	48.696	6,40%
2.f Fundos de Investimentos	54.004	7,38%	63.638	8,36%
Renda Fixa	53.881	7,37%	63.515	8,35%
Imobiliário	123	0,02%	123	0,02%
2.g Investimentos Imobiliários	57.619	7,63%	58.674	7,71%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%
2.i Outros – Depósitos Judiciários	494	0,06%	5.415	0,71%
<b>Total Ativo</b>	<b>755.455</b>	<b>100,00%</b>	<b>760.937</b>	<b>100,00%</b>
(+) Ajuste Valor de Mercado	-		862	
(-) Contribuições Contratadas	(499.387)		(487.415)	
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(1.093)		(1.676)	
(-) Uso Próprio	(2.807)		(2.854)	
(-) Exigível Operacional	(1.777)		(1.937)	
(-) Exigível Contingencial	(28.461)		(10.712)	
(-) Fundo Previdencial	(13.291)		(12.813)	
(-) Fundo de Investimento	-		-	
(-) Fundo administrativo	(21.144)		(24.001)	
<b>Valor Justo dos Ativos</b>	<b>187.495</b>		<b>220.391</b>	
Percentual rateio (acordado 12/2019)	N/A		N/A	
Valor Justo dos Ativos	187.495		N/A	
Rentabilidade projetada para o mês	1.159		N/A	
Saldo Previdencial do mês	(1.835)		N/A	
<b>Valor Justo dos Ativos final</b>	<b>186.819</b>		<b>220.391</b>	

N/A – Não aplicável

### Outras premissas atuariais materiais:

Detalhe	30/09/2021	31/12/2020
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss

### Conciliação da obrigação benefício definido – Segregado 2021

#### Conciliação da obrigação benefício definido – Segregado 2021

	ATIVOS	INATIVOS
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	155.433	931.786
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(551)	-
3. Custo dos juros	2.899	17.101
4. Contribuições de participantes do plano	754	-
5. Benefícios pagos	-	(32.056)
6. Ganho/(perda) atuarial	(12.382)	(50.545)
6.a. Ganho/(perda) atuarial – mudança de premissas	(11.755)	(54.989)
6.b. Ganho/(perda) atuarial – ajuste de experiência	(627)	4.444
6.c. Ganho/(perda) atuarial – redução de Direitos	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	6.316
8. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	146.153	872.602

## Análises de Sensibilidade

Montante do:	Tábua Biométrica	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Taxa de Juros
	agravada em 10%	desagravada em 10%	+ 0,25%	-0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	997.386	1.041.967	998.131	1.040.093
Valor justo dos ativos do plano	186.819	186.819	186.819	186.819
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(810.567)	(855.148)	(811.312)	(853.274)
Passivo do Patrocinador com Redução de direitos (TCF)	503.232	503.232	503.232	503.232
Passivo do Patrocinador com contribuição Futuras (Assistidos)	104.481	109.151	104.559	108.955
Passivo do Patrocinador com contribuição Extraordinárias	221.578	231.482	221.743	231.066
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	18.724	(11.283)	18.222	(10.021)
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	-	5.877	-	5.220
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(810.567)	(849.271)	(811.312)	(848.054)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa – (TCF)	503.232	503.232	503.232	503.232
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(307.335)	(346.039)	(308.080)	(344.822)
Variações:				
Aumento/redução obrigação atuarial	-2,10%	2,28%	-2,02%	2,09%
Variação Passivo/Ativo Reconhecido	-2,61%	2,84%	-2,52%	2,61%

### 18.2 – PLANO DE PENSÃO – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO

Em 21 de setembro de 1981, a Companhia firmou Convênio de Adesão junto ao Portus a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários Portus 1 – PBP1 administrado pela referida Entidade. Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1. Desta forma a SPA (Patrocinadora) firma o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Patrocinadora SPA assume a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 577.345, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão – PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar. O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 589.105. A previsão de pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821. O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Desta forma, está demonstrado abaixo o saldo devedor do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Termo de Compromisso Financeiro – Plano PBP1	487.416	589.105
(-) Pagamento da parcela de 20% do saldo devedor	-	(117.821)
(-) Pagamento de Parcelas	(35.903)	(22.526)
(+) Juros e atualização monetária	51.683	38.657
<b>Saldo devedor remanescente</b>	<b><u>503.196</u></b>	<b><u>487.416</u></b>
Circulante	36.596	33.615
Não circulante	466.600	453.801

### 18.3 – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

		<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Benefícios a Empregados			
Plano de Assistência à Saúde	(18.3.1)	19.308	25.097
Complementação de Aposentadoria	(18.3.2)	51.253	56.210
		<u>70.561</u>	<u>81.307</u>

#### 18.3.1 – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A SPA disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a SPA deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS. Conforme previsto no Acordo Coletivo vigente, para os ex-empregados, no período de 01/01/2021 a 30/04/2021, a SPA subsidiou 20% do valor de suas mensalidades para o plano até 30/04/2021 e a partir de 01/05/2021 o ex-empregado ficou com a responsabilidade pelo custeio integral do plano de saúde. Apesar de o ex-empregado, a partir de 01/05/2021, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo mais qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da SPA, para custear uma parte da despesa. Os cálculos do compromisso da SPA com a assistência médica pós-emprego foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

PREMISSAS UTILIZADAS NOS CÁLCULOS DE 30/09/2021

Item	30/09/2021	31/12/2020
Duration dos benefícios (anos)	10,91	10,91
NTN-B(vencimento)	2.035,00	2.035,00
Taxa indicativa da NTN-B	5,0200% a.a.	3,21% a.a.
Taxa real anual de juros (adotada no desconto a valor presente)	5,0200% a.a.	3,21% a.a.
Inflação anual futura estimada	3,5% a.a.	3,50% a.a.
Taxa nominal anual de juros	8,6957% a.a.	6,8224% a.a.
Taxa nominal anual esperada de retorno dos investimentos	8,6957% a.a.	6,8224% a.a.
HCCTR (health care cost trend rate)	3,28% a.a.	3,28% a.a.
Aging factor	3,08% a.a.	3,08% a.a.
Rotatividade anual	0,03	3,05%
Tábua de mortalidade geral	AT2000 (Basic Masc)	AT 2000 (Basic) Masculina
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar	Ativos e Assistidos: real	Ativos e Assistidos: real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

SEGREGAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO

Detalhe	Valor Presente da obrigação	
	30/09/2021	31/12/2020
Benefícios a Conceder	2.422	3.580
Benefícios Concedidos	16.886	21.517
<b>Total</b>	<b>19.308</b>	<b>25.097</b>
Outros resultados abrangentes	2.565	2.725
Passivo atuarial - Não circulante	16.743	22.372

### 18.3.2 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Ao se aposentarem, os empregados admitidos até 04/06/1965 passam a receber da empresa benefício vitalício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre (i) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e (ii) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. Atualmente existem 233 ex-empregados no usufruto do benefício não extensivo aos dependentes.

Conciliação da obrigação do benefício definido	30/09/2021	31/12/2020
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	50.430	55.318
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	886	3.224
4. Benefícios pagos	(1.890)	(7.912)
5. Ganho/(perda) atuarial - Resultados Abrangentes	1.827	5.580
5.1 Ganho/(perda) atuarial - mudança de premissas	(2.463)	754
5.2 Ganho/(perda) atuarial - ajuste de experiência	4.290	4.826
6. Obrigação de benefício definido no final do exercício	51.253	56.210

### 19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização

de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas “sítio padrão”, conforme a seguir descritas:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retroárea: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição está demonstrada abaixo:

Arrendatário	31/12/2020	Correção 2021	Pagamentos 2021	30/09/2021
Brasil Term. Portuário				
Contrato 24/2001 (até 01/2027)	120.948	20.627	(14.904)	126.671
Correção: IGP-M/mensal				
Ecoporto Santos S/A				
Contrato 28/1998 (até 06/2023)	5.932	187	(1.821)	4.298
Correção: TJLP/trimestral				
<b>Total</b>	<b>126.880</b>	<b>20.814</b>	<b>(16.725)</b>	<b>130.969</b>
Curto Prazo	22.255			26.207
Longo Prazo	104.625			104.762

## 20. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base em informações do Departamento Jurídico, a empresa constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

### 20.1 Processos judiciais provisionados:

#### Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, destacam-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; (ii) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repousos semanais remunerados; e (iii) adicional noturno.

### Provisão cível

Refere-se basicamente a: (i) pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços; e (ii) indenizações por lucros cessantes. O quadro abaixo demonstra a movimentação dos valores provisionados:

Movimentação	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	228.944	254.695	483.639
(+) Adições	11.237	32.637	43.874
(-) Reversão e baixas	(36.465)	(19.348)	(55.813)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>203.716</b>	<b>267.984</b>	<b>471.700</b>
(+) Adições	9.263	22.231	31.494
(-) Reversão e baixas	(10.116)	(4.918)	(15.034)
<b>Saldo em 30/09/2021</b>	<b>202.863</b>	<b>285.297</b>	<b>488.160</b>
Circulante	135.534	191.448	326.982
Não Circulante	67.329	93.849	161.178

### 20.2 Processos judiciais não provisionados

O montante estimado para processos judiciais cujas probabilidades de perdas foram avaliadas pelo Departamento Jurídico como possíveis, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas e cíveis estão apresentados abaixo:

Natureza	30/09/2021	31/12/2020
Processos Trabalhistas	102.179	105.489
Processos Cíveis	2.461.124	2.448.267
<b>TOTAL</b>	<b><u>2.563.303</u></b>	<b><u>2.553.756</u></b>

Com relação aos processos cíveis considerados pelo Departamento Jurídico como possíveis, destacamos para 30/09/2021 os três mais relevantes, que representam 85,09% (R\$ 2.094.170) do montante total R\$ 2.461.124, (em 31/12/2020 representavam 85,54%).

Parte Contrária	Foro	30/09/2021	31/12/2020
Portus – Instituto de seguridade Social	Rio de Janeiro	1.549.014	1.549.014
Rodrimar S/A Transportes	Santos	361.021	361.021
Consórcio Draga Brasil	Seção Judiciária do DF	184.135	184.135
<b>Subtotal</b>		<b><u>2.094.170</u></b>	<b><u>2.094.170</u></b>
Outros Processos		366.954	354.097
<b>Total</b>		<b><u>2.461.124</u></b>	<b><u>2.448.267</u></b>

PORTUS – O montante mencionado, no processo impetrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, correspondente ao valor dado à causa, tendo em vista a ausência de sentença de mérito até o momento, refere-se ao montante total do movido pela entidade contra todas as patrocinadoras.

RODRIMAR – Processo sensível, tendo em vista a impossibilidade, neste momento, de mensurar o real valor devido, sendo certo que este vem sendo provisionado, como provável, no montante de R\$ 80 milhões, correspondentes à atualização da manifestação técnica anterior da SPA nos autos (ano de 2010) no âmbito da Justiça Estadual. Quanto ao mesmo processo, igualmente se verifica a alocação do montante de R\$ 361 milhões como possível, correspondentes à diferença atualizada do valor defendido pela empresa Rodrimar. Neste momento pendente decisão judicial para o adequado estabelecimento dos valores em discussão, sendo certo que de um lado encontram-se esta SPA e a União Federal pleiteando a realização de nova prova pericial contábil, sob parâmetros técnicos que passaram ao largo da perícia anteriormente realizada (Justiça Estadual) e posteriormente anulada, enquanto que, por outro lado, encontra-se a empresa Rodrimar pleiteando a revalidação do citado laudo pericial, justificando, assim, a “segmentação” de provisão sob dois critérios de classificação (provável e possível).

DRAGA – Processo movido pelo consórcio contra a União e a SPA, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro no ambiente do contrato administrativo N° 18/2009 firmado a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP, em que a SPA figurava apenas como interveniente-anuente. O objeto do contrato foi a dragagem por resultado nos acessos aquaviários no Porto de Santos, compreendendo a dragagem de aprofundamento e manutenção.

## 21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a SPA envolvem pagamentos feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento. No resultado do trimestre findo em 30/09/2021 foi reconhecida à receita a importância de R\$ 30.341 (R\$ 19.281 em 30/09/2020), conforme composição abaixo:

Contratos	69/97	02/09	01/10	36/21 (*)	04/20	05/20	Total
Saldo 31/12/2019	14.879	131.270	164.658	1.171	-	-	311.978
Apropriações no período	(5.101)	(8.752)	(10.977)	(878)	-	-	(25.708)
Entrada	-	-	-	-	250.000	255.000	505.000
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>9.778</b>	<b>122.518</b>	<b>153.681</b>	<b>293</b>	<b>250.000</b>	<b>255.000</b>	<b>791.270</b>
Apropriações no período	(3.827)	(6.563)	(8.233)	(401)	(6.667)	(5.950)	(31.641)
Entrada	-	-	-	1.300	-	-	1.300
<b>Saldo em 30/09/2021</b>	<b>5.951</b>	<b>115.955</b>	<b>145.448</b>	<b>1.192</b>	<b>243.333</b>	<b>249.050</b>	<b>760.929</b>

(\*) Em 2021 houve nova licitação para contratação de Instituição Financeira pública ou privada, para prestação de serviços bancários, vencida pelo Bradesco e firmado o contrato 36/2021

Apropriação em meses	300	300	300	60	300	300
Meses Faltantes	17	162	162	55	292	293

## 22. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

Em períodos anteriores a União destinou recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital, conforme Decreto N° 10.498, de 28 de setembro de 2020. Nos recursos recebidos pela SPA, enquanto não capitalizados, incidem encargos financeiros com base na variação da taxa Selic, conforme previsto no decreto 2.673/98.

A SPA integralizou em agosto de 2021 o montante de R\$ 528.947 conforme aprovações registradas em AGE realizada em 17/08/2021

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo Inicial	866.079	842.445
Aumento de capital no exercício	(528.947)	-
Créditos da UNIÃO no exercício	-	612
Devoluções à UNIÃO no exercício	(12.285)	-
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	11.012	23.022
<b>Saldo final</b>	<b><u>335.859</u></b>	<b><u>866.079</u></b>

## 23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	10.396	8.463
Cauções	5.662	4.449
Empréstimos para funcionários	232	252
Pensões Judiciais	499	506
Contribuições Sociais e Sindicais	363	284
Plano de Previdência Contribuição Definida	459	-
Diversos	267	976
<b>Total</b>	<b><u>24.354</u></b>	<b><u>21.406</u></b>
Circulante	24.354	21.406
Não Circulante	-	-

O adicional de tarifa portuária - ATP, incidente sobre as tabelas das tarifas portuárias, foi criado pela Lei 7.700/1988, que foi revogada pela Lei 9.309/1996. O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social em 30 de setembro de 2021 é representado por 666.681.188.389 ações ordinárias. A SPA é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal,

com 666.681.187.327 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 1.062 ações (0,00000016%).

## 25. RECONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA PARA A RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos, apresentada abaixo:

Receitas tarifárias	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
- Utilização da infraestrutura portuária	144.202	237.406	450.761	524.699
- Utilização da infraestrutura terrestre	33.546	29.259	94.095	84.745
- Fornecimento de energia	11.860	10.393	33.289	32.000
- Outras receitas	3.001	2.817	8.954	9.315
<b>Total Receitas Tarifárias</b>	<b>192.609</b>	<b>279.875</b>	<b>587.099</b>	<b>650.759</b>
Receitas de arrendamento	127.129	113.903	361.937	325.207
<b>Receita Operacional Bruta Total</b>	<b>319.738</b>	<b>393.778</b>	<b>949.036</b>	<b>975.966</b>
- Imposto sobre serviços - ISS	(8.953)	(10.161)	(27.434)	(27.434)
- Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	(2.135)	(1.871)	(5.992)	(5.760)
- Programa de integração social - PIS	(5.241)	(6.472)	(15.570)	(16.025)
- Contribuição financiamento seg.social- COFINS	(24.137)	(29.812)	(71.714)	(73.812)
<b>Receita Operacional Líquida Total</b>	<b><u>279.272</u></b>	<b><u>345.462</u></b>	<b><u>828.326</u></b>	<b><u>852.935</u></b>

### 25.1 RECEITAS TARIFÁRIAS

- Utilização da Infraestrutura Aquaviária:  
Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e berços de atracação e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.
- Utilização da Infraestrutura Terrestre:  
Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao "condomínio" (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais, pagas pelos arrendatários);
- Serviços Gerais:  
A empresa fornece água por meio de sistema próprio de captação e de tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertiooga e de outros serviços complementares.

## 25.2 RECEITAS DE ARRENDAMENTO

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela empresa estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade da União. Todos os contratos, bem como, as demais informações estão disponíveis no site [www.portodesantos.com.br](http://www.portodesantos.com.br).

## 26. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>01/07/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>	<u>01/01/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/01/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	31.374	49.851	92.020	125.968
Encargos sociais	10.023	9.764	29.566	32.208
Serviços de terceiros	27.187	28.042	78.168	66.318
Depreciação	10.220	11.080	30.762	33.310
Aluguéis	1.740	324	5.397	1.100
Utilidades e serviços, materiais	2.978	2.353	7.988	6.722
<b>Total</b>	<b><u>83.522</u></b>	<b><u>101.414</u></b>	<b><u>243.901</u></b>	<b><u>265.626</u></b>

## 27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

(i) Os órgãos colegiados da SPA possuem membros pertencentes ao Governo Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas, porém, ressaltamos que não há nenhuma diferença entre os honorários pagos a eles e os outros membros não pertencentes à União. (ii) Em conformidade com a Lei 14.047/2020 e o convênio SPA 01/2020, a Companhia esteve obrigada, até o mês de janeiro de 2021, a ressarcir ao Órgão Gestor de Mão de Obra – Ogmo o salário médio aos trabalhadores afastados devido à covid-19 que pertençam ao grupo de risco.

	<u>01/07/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>	<u>01/01/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/01/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	16.734	48.621	48.318	121.974
Encargos sociais	4.441	4.546	13.552	15.066
Serviços de Terceiros	2.762	22.612	6.807	29.339
Aluguéis	114	1.719	397	5.241
Utilidades e serviços e materiais	2.455	3.089	5.438	5.879
Impostos, taxas e contribuições	1.217	731	3.617	1.981
Demandas judiciais	18.322	37.159	54.264	50.930
Órgãos Colegiados	1.015	755	2.905	2.424
OGMO Ressarcimento Convênio SPA 01/2020	-	1.345	363	2.112
Outras despesas	301	292	2.399	1.037
<b>Total</b>	<b><u>47.361</u></b>	<b><u>120.869</u></b>	<b><u>138.060</u></b>	<b><u>235.983</u></b>

## 28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>01/07/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>	<u>01/01/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/01/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>
Reversão de provisões judiciais	-	940	-	1.821
Reversão PIDV	-	-	-	2.772
Ganho atuarial benefício definido	5.743	-	6.842	-
Cessão do direito operacional	65	220	401	659
Indenizações e Multas Contratuais	1.019	426	1.033	630
PIS e COFINS - Exclusão do ICMS na base de cálculo	-	-	1.563	-
Venda de Materiais -Sucatas e Outros	-	-	6.176	-
Doações Recebidas	-	-	4	76
Diversas	-	-	19	-
<b>Total</b>	<b><u>6.827</u></b>	<b><u>1.586</u></b>	<b><u>16.038</u></b>	<b><u>5.958</u></b>

## 29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Provisão riscos cíveis e tributários	-	(10.151)	-	(4.214)
Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.109)	2.727	1.460	2.727
Multas	343	7	750	109
Plano de Desligamento Incentivado – PIDV	-	(18.178)	-	-
Custo do benefício definido- Portus-Ativo/Assistidos	-	1.367	-	41.858
Perdas com Créditos – Decisão Judicial	-	835	317	13.142
Custo do benefício definido- Comp.de aposentadoria	882	-	2.654	-
Plano de Saúde	(71)	-	522	-
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	-	160	2.096	469
Outras	33	13	223	43
<b>Total</b>	<b><u>(2.922)</u></b>	<b><u>(23.220)</u></b>	<b><u>8.022</u></b>	<b><u>54.134</u></b>

## 30. RESULTADO FINANCEIRO

<b>Receitas Financeiras</b>	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Juros e variação monetária	11.088	9.652	31.349	10.268
Rendimentos de aplicações financeiras	10.298	3.086	17.760	20.339
Outras	1.995	328	2.561	480
<b>Receitas Financeiras Totais</b>	<b>23.381</b>	<b>13.066</b>	<b>51.670</b>	<b>31.087</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Variação monetária	(2.680)	(7.264)	(20.815)	(12.857)
Juros pagos ou incorridos	(24.653)	(17.842)	(62.824)	(32.631)
<b>Despesas Financeiras Totais</b>	<b>(27.333)</b>	<b>(25.106)</b>	<b>(83.639)</b>	<b>(45.488)</b>
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b><u>(3.952)</u></b>	<b><u>(12.040)</u></b>	<b><u>(31.969)</u></b>	<b><u>(14.401)</u></b>

## 31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração avaliações de incertezas sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais aplicáveis, bem como projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos.

Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização das provisões.

31/12/2020				
	Base de Cálculo Em R\$	IRPJ – 25%	CSLL – 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	203.716	50.929	18.334	69.263
Provisão Cível	267.983	66.996	24.119	91.115
Perdas de crédito esperadas	73.417	18.354	6.608	24.962
Prejuízo Fiscal IRPJ	750.349	187.587	-	187.587
Base Negativa CSLL	746.836	-	67.215	67.215
Provisão Fornecedores	33.517	8.379	3.017	11.396
Impairment	14.621	3.655	1.316	4.971
<b>Total Geral</b>	<b>-</b>	<b>335.900</b>	<b>120.609</b>	<b>456.509</b>
30/09/2021				
	Base de Cálculo Em R\$	IRPJ – 25%	CSLL – 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	202.863	50.716	18.257	68.973
Provisão Cível	285.297	71.324	25.675	96.999
Perdas de crédito esperadas	15.473	3.868	1.393	5.261
Prejuízo Fiscal IRPJ	630.588	157.647	-	157.647
Base Negativa CSLL	626.777	-	56.410	56.410
Provisão Fornecedores	21.607	5.402	1.945	7.347
Impairment	13.190	3.299	1.187	4.486
<b>Total Geral</b>	<b>-</b>	<b>292.256</b>	<b>104.867</b>	<b>397.123</b>

## 32. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: setembro/2021) pagas pela empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

<u>ADMINISTRADORES</u>	30/09/2021 (em reais)	30/09/2020 (em reais)
- Maior remuneração	40.062,37	40.062,37
<u>EMPREGADOS</u>		
- Maior remuneração	40.953,52	43.489,69
- Menor remuneração	1.399,22	1.367,03
- Salário médio	12.360,32	11.612,32

**FERNANDO H. PASSOS BIRAL**  
Diretor Presidente

**MARCUS DOS SANTOS MINGONI**  
Diretor de Administração e Finanças

**Alexandre de Almeida Antunes**  
Gerente de Contabilidade  
CRC RJ 091103/O-7